

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do PCP recebeu do Jornal Diário do Sul, o jornal com maior implantação na região Alentejo, uma denúncia que exige a ação e intervenção do Governo.

A situação em causa refere-se à imposição de condições que dificilmente são compatíveis com a manutenção da atividade da imprensa local e regional, nomeadamente pela redução de horários para entrega dos jornais nos CTT – Évora, acrescendo ao aumento de custos do serviço de distribuição postal.

A redução dos horários em Évora, com a exigência de entrega dos jornais na estação dos CTT às 18h00, é manifestamente incompatível com as condições de produção do jornal e cria dificuldades que dificilmente podem ser superadas sem consequências graves na atividade do jornal.

O Diário do Sul foi já obrigado a alterar os horários de impressão, com as consequentes alterações nas condições de conceção e o correspondente acréscimo de custos. O Diário do Sul alerta ainda para os riscos de perda de assinantes porque, apesar de ter vindo a procurar adaptar-se às condições cada vez mais difíceis para a produção e distribuição do jornal impostas pelos CTT, os jornais continuam a chegar atrasados aos seus assinantes.

Esta situação revela as consequências trágicas da privatização dos CTT inscrita no Pacto de Agressão assinado por PS, PSD e CDS com a troica estrangeira e depois concretizada pelo Governo PSD/CDS. Trágica para o país que perdeu o serviço público postal e trágica para as populações – em particular do interior – que ficaram entregues à sua própria sorte perante uma empresa privada que atende apenas aos seus lucros sem preocupação com as consequências das decisões que toma.

Fazendo cálculos exclusivamente quanto aos lucros da sua atividade, a administração privada que tomou conta dos CTT decide que os seus lucros estão acima dos direitos dos cidadãos, incluindo o direito à liberdade de imprensa que, também aqui, se vê assim condicionado por

motivos económicos.

Não é admissível que o Governo faça declarações proclamatórias sobre o desenvolvimento do interior e do mundo rural e depois assista impávido e sereno à destruição do serviço postal, ao abandono das populações, à destruição de instrumentos de coesão territorial e social como é o serviço de correios, às dificuldades que estão a ser criadas à imprensa local e regional, tudo em nome do lucro da empresa privada que tomou conta dos CTT.

Não é admissível e exige-se que o Governo assuma as suas responsabilidades, trave este processo, inverta o caminho de degradação do serviço postal prestado pelos CTT e assegure o investimento no serviço público postal correspondente à sua consideração como alavanca de desenvolvimento, designadamente retomando o controlo público dos CTT.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicito através de Vexa. ao Ministério do Planeamento e Infraestruturas os seguintes esclarecimentos:

1- Como avalia o Governo as sucessivas decisões dos CTT de degradação dos serviços prestados no concelho de Évora, designadamente a redução de horários e o encarecimento dos preços?

2- Que avaliação faz o Governo quanto aos impactos destas decisões nas condições para o desenvolvimento da atividade da imprensa local e regional?

3- Como avalia o Governo estas decisões dos CTT considerando o seu impacto numa região do interior do país?

4- Que medidas adotou ou vai o Governo adotar para inverter o caminho de degradação do serviço postal prestado pelos CTT, designadamente no que se refere às situações referidas de redução de horários e encarecimento dos preços que atingem a imprensa local e regional?

Palácio de São Bento, 6 de julho de 2018

Deputado(a)s

JOÃO OLIVEIRA(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)